

Economista diz que realinhamento leva a inflação alta

A hiperinflação voltou a rondar a economia brasileira, dessa vez de forma mais ostensiva do que no período anterior à adoção do Plano Cruzado, em fevereiro de 1986. Um novo choque econômico, através de congelamento de preços e salários, bem como a adoção de medidas austeras, têm sido apontados como caminhos para a solução do problema. A tomada de decisões, no entanto, provavelmente será determinada por fatores políticos e não técnicos, podendo provocar a repetição de alguns erros do Plano de Estabilização Econômica implementado em 86.

O realinhamento de preços ainda não está concluído e pressupõe a convivência, ainda por algum tempo, com índices mensais de inflação em torno de 20 por cento, ou até mais. Mas este pode ser um custo elevado demais, ao ponto de gerar problemas políticos incômodos, que não permitam outra alternativa senão um congelamento de preços no curto prazo, ainda que isto represente a volta de problemas semelhantes aos verificados após o Plano Cruzado.

A opinião é do diretor da Planning Assessoria e Consultoria Econômica, Jorge Jianelli, para quem, tecnicamente, o momento não é ideal para o recongelamento dos preços, que ainda não estão realinhados. Segundo ele, existe hoje uma grande dispersão dos preços relativos, muito parecida com a verificada antes do Plano Cruzado. Nos últimos 12 meses, houve subidas de preços desde 180 por cento ao ano, como no caso dos custos de materiais de construção, a 50 por cento ao ano, como os das tarifas públicas, comenta.

O pesquisador do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IB-MEC), e criador da sistemática de cálculo dos índices de preços do IBGE, Francisco de Assis Moura de

Melo, lembra que as declarações do Ministro da Fazenda têm sido no sentido de reconhecer a existência de excesso de demanda, da grande presença do estado na economia, necessidade de renegociação da dívida externa em termos racionais, a importância da política monetária e a disposição de tomada de medidas reais de controle do déficit público. Resta saber, ele observa, se o PMDB (maior partido de apoio ao Governo) assimilará essas ideias.

Francisco de Assis analisa o quadro econômico atual, como de desorganização total, inclusive com taxas de inflação nunca antes registradas. "Se não houver um ajuste macroeconômico, chegaremos, no ritmo em que está, a uma inflação de 500 a 600 por cento no final do ano". A seu ver, o processo inflacionário após o Plano Cruzado se caracteriza, essencialmente, por uma grande disparidade de crescimento de preços cujos efeitos foram tornar os índices muito diferentes e dificultar qualquer plano de recongelamento.

No ano passado, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado (INPC), acumulou, de março a dezembro, 22 por cento de elevação. Como avalia o pesquisador do IBMEC, "é possível afirmar que este percentual foi subestimado em função dos ágios e mudança de qualidade dos produtos. A partir de janeiro, no entanto, o índice passou a refletir melhor a realidade, quando os ágios começaram a ser incorporados pelos preços ostensivos, captados pelas instituições de pesquisas. Ele ressalta que todos os índices, no Brasil, tiveram perda de precisão e até um pequeno viés negativo, em função desses fatores.

Dessa forma, a inflação real do Plano Cruzado numéricamente pode ser medida. Os efeitos das elevações de preços não computadas durante o ano,

passado, e que se refletem nos altos índices de inflação verificados recentemente, segundo o diretor da Price Waterhouse, Célio Lora, não permitem, a avaliação real da inflação neste momento, sobretudo da inflação acumulada. Estudo elaborado por ele mostra uma grande diferenciação nas variações de diversos indicadores econômicos, dificultando uma análise mais próxima da realidade.

Assis considera que uma das tarefas do Ministério da Fazenda será justamente a de examinar, além do nível da inflação, sua variância. Segundo ele, o congelamento de preços pressupõe uma certa homogeneidade. E, hoje, a característica máxima da inflação é justamente a heterogeneidade. Nesse ponto, o pesquisador do IBMEC observa que Bresser Pereira tem sido muito coerente, já querer fazer primeiro o ajuste da economia, para sómente depois adotar medidas de choque.

O realinhamento completo dos preços, na opinião de Jorge Jianelli, pressupõe arcar com o ônus de uma inflação em torno de 20 a 25 por cento nos próximos três meses. Apesar de, segundo ele, ser isto tecnicamente o ideal, duvida que seja possível, do ponto de vista político. "O recongelamento de preços e salários só é tecnicamente viável na medida em que todos os preços estejam realinhados, sobretudo o das tarifas públicas e que os subsídios sejam eliminados, o que forçaria ainda mais a elevação da inflação".

Ele analisa que, hoje, a inflação tem as seguintes componentes: pressão de demanda, custos, taxas nominais de juros elevadas, inflação corretiva via realinhamento de preços, choque provocado pela mididesvalorização cambial e, provavelmente, já incorpora a componente inercial, após a reindexação da economia.